

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
 Nome: Magda de Abreu Vicente
 E-mail: magdabreu@gmail.com
 Instituição: Prefeitura Municipal de Pelotas, Brasil

Submetido: 03/11/2018
 Aprovado: 21/03/2019
 Publicado: 04/06/2019

doi 10.20396/rho.v19i0.8653879
 e-Location: e019026
 ISSN: 1676-2584



O JORNAL CATÓLICO A PALAVRA E OS PRECEITOS PARA A EDUCAÇÃO RURAL NÃO FORMAL NA DIOCESE DE PELOTAS-RS (DÉCADAS DE 1940 E 1950)

Magda de Abreu Vicente¹

Giana Lange do Amaral²

RESUMO

Este artigo analisa aspectos da educação rural, temática ainda pouco estudada no âmbito da História da Educação, a partir do periódico católico A Palavra, jornal vinculado à Diocese de Pelotas-RS, que circulou de 1912 a 1959. A pesquisa utilizando-se de aportes da História Cultural, buscou destacar o jornal como um potencial veículo que serviu às ideias, valores e comportamentos preconizados pela Igreja em espaços formais e não formais de educação. Conclui-se que o jornal, no período analisado, exercia um papel pedagógico fundamental. Reproduzindo um tripé educativo baseado nas propostas das “Semanas Ruralistas”, da Rádio Educação e da Reforma Agrária, com o apoio do Estado, sinalizava possibilidades do protagonismo católico na temática que envolvia a educação rural.

PALAVRAS-CHAVE Educação rural. Educação católica. Jornal católico.

THE CATHOLIC NEWSPAPER A PALAVRA (THE WORD) AND THE PRECEPTS FOR THE NON-FORMAL RURAL EDUCATION IN THE DIOCESE OF PELOTAS, RS (ALONG THE 1940's AND 1950's)

Abstract

This article analyses aspects of the rural education, thematic and still little investigated in the scope of Education History, from the catholic newspaper A Palavra (The Word), a newspaper associated to the Diocese of Pelotas, RS, Brazil, published from 1912 to 1959. The research has its bases on Cultural History, emphasizing the newspaper as a potential influence on the ideas, values and behavior taught by the Church in formal and non-formal environments of education. The conclusion is that the newspaper, during the analyzed period, had a crucial pedagogic role. Reproducing an educational triad based on the proposals of the "Rural Weeks", the Education Radio and the Land Reform, supported by the State, the newspaper indicates possibilities towards the catholic main role on the theme involving rural education.

Keywords: Rural education. Catholic education. Catholic newspaper

EL PERIÓDICO CATÓLICO A PALAVRA (LA PALABRA) Y LOS PRECEPTOS PARA LA EDUCACIÓN RURAL NO FORMALIZADA EN LA DIÓCESIS DE PELOTAS-RS (DÉCADAS DE 1940 Y 1950)

Resumen

Este artículo analiza aspectos de la educación rural, temática aún poco investigada en el ámbito de la Historia de la Educación, desde el periódico católico A Palavra, periódico vinculado a la Diócesis de Pelotas-RS, que ha circulado de 1912 hasta 1959. La investigación utilizó aportes de la Historia Cultural, buscando señalar el periódico como un posible vehículo que ha servido a las ideas, valores y comportamientos preconizados por la Iglesia en espacios formales y no formales de educación. Se concluye que el periódico, en el periodo analizado, jugó un rol pedagógico fundamental. Reproduciendo un trípede educativo basado en las propuestas de las "Semanas Ruralistas", de la Radio Educação y de la Reforma Agrária, con el apoyo del Estado, señalaba posibilidades del protagonismo católico en la temática que involucraba la educación rural.

Palabras clave: Educación rural. Educación católica. Periódico católico.



INTRODUÇÃO

Com a implantação da república brasileira, o crescente processo de urbanização e os problemas sociais enfrentados no meio rural, as propostas de educação rural foram revestidas de um importante e peculiar discurso que a tornou responsável pela solução dos problemas sociais rurais. A partir dos anos de 1920, sob a influência do Ruralismo Pedagógico, disseminou-se a ideia de que a educação seria uma saída para conter o êxodo rural e modernizar os setores de produção no campo³. Segundo os defensores desta ideologia, os governos cometiam um equívoco ao investirem mais na escolarização urbana uma vez que o Brasil ainda era um país essencialmente agrícola.

Com a crise do capitalismo mundial desencadeada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, profundos reflexos ocorreram na economia e organização social brasileira. Nesse cenário de instabilidade, instituições como o Estado e a Igreja Católica unem-se buscando um melhor encaminhamento social que não estivesse atrelado às ideias comunistas. A Igreja Católica tomou para si possíveis formas de enfrentar os problemas no meio rural. Nesse sentido, para esta instituição, tanto nas zonas urbanas quanto rurais, a educação seria fundamental para o processo de organização social.

Cumpre, inicialmente, destacar aqui que muito há o que ser estudado no âmbito da História da Educação sobre a temática educação rural, seu vínculo com os pressupostos do catolicismo no Brasil e suas singularidades regionais em diferentes temporalidades.

Assim, este artigo, analisa princípios para a educação rural junto à Diocese de Pelotas-RS⁴, tendo como fio condutor publicações no jornal católico *A Palavra*. Isso por se considerar as potencialidades do jornal como um documento que nos viabiliza discutir o projeto político da Igreja em um dado contexto regional e temporal. Este instrumento de divulgação dos preceitos do catolicismo possibilitava um amplo acesso ao público leitor, ávido de informações que contribuíssem na sua formação como católicos atuantes do contexto nacional e local.

Ao se utilizar do jornal como um documento histórico, cabe ressaltar a intencionalidade que permeia sua produção. Deve-se tomá-lo como “[...] uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.” (MACIEL, 2004, p. 15). Não é demais afirmar que a produção de textos traz sentidos diversos “[...] em relação ao contexto de produção e recepção.” (CHARTIER, 2001, p. 123).

O jornal católico *A Palavra*, criado em 1912, circulou semanalmente até o ano de 1959, sendo o órgão oficial de divulgação do catolicismo na Diocese de Pelotas. O periódico possuía em torno de 6 páginas com conteúdo variado. Geralmente trazia na capa reportagens de cunho religioso ou até mesmo assuntos polêmicos que estivessem em voga. Suas sessões fixas eram: “Sociais” que abordava amenidades como as datas dos aniversariantes, geralmente assinantes do periódico; “Paróquias” em que havia reportagens sobre as paróquias da Diocese;



“Noticiário Mundial” que abordava notícias internacionais e nacionais; “Necrologia” quando era necessário divulgar algum falecimento. Nas primeiras páginas eram apresentados assuntos políticos e sociais no Brasil e no mundo. No jornal também havia propagandas que somados seus espaços ocupavam em torno de uma página. As notícias relativas à educação rural foram encontradas em diversas sessões, sendo que a maior parte das notícias selecionadas para este estudo, apareciam em destaque na primeira página, como evidenciaremos a seguir.

A criação deste jornal foi iniciativa do primeiro bispo da Diocese de Pelotas, D. Francisco de Campos Barreto, tendo por objetivo a divulgação do apostolado católico e o combate aos “inimigos do catolicismo”. Conforme Amaral (2007, p. 157) “[...] esses inimigos eram os maçons, os liberais, os positivistas, os protestantes, os espíritas, os anarquistas, os comunistas e todos aqueles que fossem contrários à supremacia da tradição católica no país.” O periódico apresentou uma tiragem de 12000 exemplares já no segundo ano de seu funcionamento aumentando sua influência junto à população. (AMARAL, 2007, p. 158).

Suas notícias, além do conteúdo religioso, adentravam na área educativa, política, cultural, moral e social. Não fosse a predominância de assuntos referentes à Igreja Católica, o periódico assemelhava-se a outros jornais citadinos. Não se furtava de discutir os mais diversos assuntos em âmbito nacional e local, desde que viesse ao encontro dos interesses católicos. A educação rural, sendo uma pauta nacional da Igreja, não deixou de constar nas notícias do periódico.

Desde já, faz-se necessário afirmar que as principais notícias trazidas no periódico referentes à temática da educação rural não estavam necessariamente vinculadas aos espaços formais de escolarização, ou seja, às escolas, mas, sobretudo, à educação em espaços de educação não formais. O que ganhou muito destaque nas páginas do jornal foram questões que se referiam ao que se pode considerar como educação não formal⁵. Também considerada por Gohn (2006) como educação informal, ela seria aquela em “[...] que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimentos e sentimentos herdados.” (GOHN, 2006, p. 28). Sendo assim, os espaços promovidos e pensados pelo governo e pela Igreja Católica, para educar as pessoas do meio rural, eram reforçados pelo conteúdo jornalístico. O jornal servia como um veículo que informava e formava possibilidades do protagonismo católico na temática que envolvia a educação rural. Assim o jornal exercia um papel pedagógico fundamental no contexto analisado.

Se levarmos em conta que, em se tratando de educação, o espaço onde se realiza o processo, determina sua constituição como formal e/ou não formal, é fundamental identificarmos os espaços educativos divulgados e propostos pela Diocese de Pelotas, via jornal A Palavra, no que tange à educação rural. Assim, os principais espaços educativos noticiados nesse jornal, foram realizados através das Semanas Ruralistas, (responsáveis pela formação pedagógica do morador da zona rural, sendo direcionadas para agricultores e, por vezes, comunidade escolar); da Rádio Educação, (direcionadas para alfabetização do público



de adultos em geral, mas com ênfase para a educação rural); e da Reforma Agrária (direcionada aos fiéis em geral).

No entanto, reitera-se que, não só aqueles que participaram destas atividades foram sujeitos nesse processo, mas sim todos que, como leitores, entraram em contato com o conteúdo que era publicado. Percebe-se aqui, que a “[...] imprensa constitui uma das melhores ilustrações da extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo [...]” (NÓVOA, 1997, p. 13), o que nos ajuda no entendimento do que estava sendo priorizado como política local no período em questão.

Cabe ressaltar que as movimentações locais para promover a educação da população rural não foram realizadas de forma isolada. A Diocese de Pelotas articulou-se a um projeto nacional que foi pensado para o rurícola através da Campanha Nacional da Educação Rural (CNER) promovida pelo Ministério da Agricultura, por orientações estadunidenses e pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura, como será destacado a seguir.

A IGREJA CATÓLICA E A EDUCAÇÃO RURAL

A Igreja Católica, ao longo do século XX, empenhou-se em várias iniciativas de educação formal e não formal no meio rural. Interessa-nos aqui abordar sobre os propósitos de intervenção dessa Instituição em espaços não escolarizados, no que tange a diferentes esferas da vida social, política e cultural no ambiente rural. As condições peculiares aí existentes mantinham membros da Igreja Católica próximos dessas populações.

O processo de crescimento das cidades seduzia os habitantes das zonas rurais a abandonarem o campo. Para a Igreja, como se pode constatar, também, através do que era veiculado no jornal *A Palavra*, a vida nas cidades era passível de imoralidades, vaidades e mais suscetível a ideias liberais e comunistas. “A permanência mais acentuada de valores religiosos no mundo rural, por sua vez, gerava a admiração e a simpatia para com os habitantes do campo.” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 92). Nesse sentido, a Igreja Católica considerava importante investir na evangelização da população rural tendo em vista a formação de quadros religiosos e a manutenção de valores considerados mais próximos de Deus. Porém, não só à Igreja Católica foi interessante o investimento na educação rural. O Estado brasileiro também tentava combater o êxodo rural, transferindo para a educação e para iniciativa privada a responsabilidade de fixar o homem no campo, ideário este advindo do início da República, com os ruralistas pedagógicos, como já referido.

Pode-se dizer que, com a Proclamação da República no Brasil, e o consequente fim do Regalismo - doutrina que permitia o atrelamento de interesses da Igreja com os do Estado - para ganhar o terreno perdido a Igreja Católica renovou-se, criando formas de atuação em que a educação era um elemento fundamental. Nesse sentido a Igreja precisava criar mecanismos de formação de massas que extrapolassem o púlpito e “[...] concepções ‘comunistas’ passam a



ser vistas, efetivamente, como uma ideologia competidora.” (TAMBARA, 1993, p. 60). Assim, na virada do século XIX para o XX, a Igreja Católica tentou reorganizar e intensificar sua atuação no Brasil de forma orgânica, através da expansão de Dioceses e também de estratégias discursivas disseminadas em periódicos como jornais e revistas, entidades de classes, associações, bem como através da escolarização.

A Igreja Católica nesse processo de rearticulação criou, por exemplo, o Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, sob a direção de Alceu Amoroso Lima, o qual “[...] exerceu importante papel no assentamento das bases para a ‘renovação’ que se sucedeu no final dos anos 1930 e 1940.” (KADT, 2007, p. 82). A partir do referido centro, diversos outros movimentos estruturaram-se no país, como a Ação Católica que, segundo Kadt (2007), foi um movimento social e progressista, atrelado a Amoroso Lima. Da Ação Católica, surgiram a Juventude Eleitoral Católica; a Juventude Universitária Católica; a Juventude Operária Católica e, em meados de 1950 surgiu a Juventude Agrária Católica. Tais movimentos eram estimulados pelas Dioceses e foram resultado, também, da conjuntura advinda da crise de 1929 e do populismo da Era Vargas, que afetavam diretamente a massa de trabalhadores urbanos e rurais.

A partir da década de 1940, segundo Carvalho (1985), houve uma ressignificação da Igreja em plena luta pela redemocratização no país na transição da ditadura varguista para o período democrático. Ao mesmo tempo, as tensões e conflitos no campo, entre 1945 a 1964, representaram um “[...] processo de organização e direcionamento político das lutas sociais rurais.” (HARRES, 2007, p. 235). Tratou-se do momento em que se consolidou a necessidade da reforma agrária no país passando está a estar na pauta de debates dos poderes instituídos, das instituições religiosas, sociais, econômicas e políticas. Neste contexto, “[...] além dos partidos, a Igreja, temerosa em relação à penetração e pregação dos comunistas no campo, envolveu-se nas tarefas de orientação e organização dos trabalhadores rurais.” (HARRES, 2007, p. 237).

Carvalho (1985) organiza cronologicamente uma série de iniciativas voltadas ao meio rural, realizadas pela Igreja durante os anos de 1940 a 1960. Na década de 1940 o autor destaca dois momentos: a Carta Pastoral de 1945, assinada por Dom Jaime de Barros Câmara em nome do episcopado e o Manifesto do Episcopado de 1946, *Diretrizes para a Ação Católica*, assinado por membros de diversos estados durante a Segunda Semana Nacional da Ação Católica.

Destacamos, ainda na década de 1940, outro momento coletivo da Ação Católica voltado à formação de integrantes da Igreja. Foi o 1º Curso Intensivo realizado no mês de julho de 1949 na Universidade Rural, situada no interior do estado do Rio de Janeiro que contou com a participação de inúmeros párocos do Brasil. Este Curso teve duração de 4 semanas, constituindo-se por conferências, estudos e exercícios práticos para a orientação na atuação junto ao meio rural. O patrocínio do evento ficou ao cargo da Divisão de Vida Rural da Ação Católica Brasileira. No jornal A Palavra a notícia sobre o curso informava que a



Igreja Católica “[...] se empenha numa empresa de restauração rural, consagrando seu clero a um programa de educação agrícola e social que vai desde ensinar a ler até conservar o solo.” (CANTANHEDE, 1949, p. 7). O objetivo do curso era “[...] indicar-lhes metodologicamente os problemas técnicos e humanos da agricultura e lhes dar-lhes a chave de algumas soluções.” (CANTANHEDE, 1949, p. 7)⁶. Esse curso, de âmbito nacional, organizou clérigos de todo país, inclusive da Diocese de Pelotas, que enviou o padre da comarca de Herval do Sul, Libório Persch. A prerrogativas desse curso, foram divulgadas no jornal A Palavra e serão apresentadas a seguir.

Pelas matérias apresentadas no curso, constata-se a preocupação com a temática voltada à educação não formal de habitantes das zonas rurais, tanto de crianças e jovens quanto de adultos. Eram estudadas

[...] experiências de colonização, técnicas de alfabetização de adultos, recebimento e adaptação de imigrantes, educação agrícola para as crianças do campo, fundação de cooperativas de produção, crédito, consumo e mistas, defesa do solo contra a erosão e práticas de reflorestação. (CANTANHEDE, 1949, p. 7)⁷.

O curso intensivo na Universidade Rural resultou em definições que ajudaram na expansão da atuação do clero junto a questões rurais por todo o Brasil. Dentre suas resoluções, os participantes definiram por formar uma equipe nacional com a colaboração de todas as Dioceses e da Ação Católica, “[...] em que o sacerdote contará com a ajuda de médicos rurais, agrônomos, assistentes sociais, professores, e enfermeiros rurais para cumprir sua vasta tarefa de redenção do camponês.” (CANTANHEDE, 1949, p. 7). Acreditamos que este evento foi motivador para que na década de 1950 houvesse fortes investimentos e iniciativas da Igreja Católica para com a população rural em espaços não formais, expandidos, posteriormente, através da CNER e das Semanas Ruralistas. Nesse sentido, cabe destacar as resoluções propostas pela Ação Católica Brasileira ao final do curso, quando formulou um plano geral de atuação. Os encaminhamentos desse plano demonstravam o cuidado em direcionar ações para um público diversificado que pretendia alcançar desde o proprietário rural e seus familiares até os empregados e trabalhadores menos abastados economicamente. Também abordava diversos profissionais, inclusive professores e os próprios membros da Igreja, como podemos perceber neste trecho da notícia a seguir⁸. Nesse sentido este plano contava:

1.Com os patrões do campo, por uma ação imediata a favor de seus trabalhadores, para uma antecipação da legislação rural (em que há muito a fazer) para um apostolado cristão nas fazendas e diretamente entre seus donos. 2. Com os filhos dos patrões rurais, para despertar neles o sentimento cristão e humano, para preparar os patrões de amanhã em bases de justiça e caridade, para suscitar dirigentes cristãos entre os trabalhadores, entre os jovens de um e outro sexo. 3.Com os mesmos camponeses e trabalhadores rurais para formar membros e dirigentes da Juventude da Ação Católica e da Liga da Ação Católica. 4.Com os médicos, agrônomos, visitantes sociais, professores e outros profissionais, para mobilizar a sua valiosa contribuição tanto em benefício dos camponeses como na influência ante os patrões. 5.Com os párocos rurais para que coordenem este complexo movimento. (CANTANHEDE, 1949, p. 7).



Os sacerdotes que realizaram os respectivos cursos ficaram “[...] encarregados de fundar e conservar, clubes agrícolas, esportivos, cooperativas, comunidades rurais e demais obras sociais e de fixar o homem rural a terra.” (PADRE..., 1949, p. 2).

Indubitavelmente os discursos e propostas realizados pela Igreja Católica ao longo das décadas de 1940 e 1950 estiveram atrelados a concepções mais abrangentes que já vinham sendo discutidas em âmbito nacional, objetivando fortalecer alianças entre o catolicismo, às comunidades rurais e os governantes.

É importante destacar que o 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado pela Associação Brasileira de Educação, em 1942, teve como grande foco o problema da educação rural. No que tange a iniciativas do governo, uma importante instituição criada em 1945 foi a Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais (CBAR), fruto de um acordo entre Estados Unidos e Ministério da Agricultura brasileiro. A CBAR baseou sua proposta na criação dos Clubes Agrícolas, que deveriam vir anexos a cada escola agrícola; Centros de Treinamento de Professores, para substituir a ação de professores leigos; e as Semanas Ruralistas, que objetivavam apresentar produtos de uma região e divulgar informações técnicas pertinentes ao exercício das atividades agrícolas.

É neste contexto que, em 1952, o governo lançou a Campanha Nacional para a Educação Rural (CNER). A atuação da CNER foi realizada, principalmente, onde havia concentração das Ligas Camponesas. Suas principais atividades eram as Missões Rurais e os Centros de Treinamento além de se responsabilizarem pela realização das Semanas Ruralistas.

Segundo Barreiro (2010, p. 98) a CNER organizou a I Semana Rural do Clero Paulista de onde saíram discussões e encaminhamentos que remetiam às já citadas preocupações anunciadas pela Igreja durante a década de 1940. Previa-se a necessidade de mais vigários e capelas nas “roças” incentivando a formação de líderes rurais e de fundação de Escolas Normais Rurais Católicas. “A Ação Católica devia ter um departamento de propaganda de educação religiosa e a reforma agrária orientada pela difusão de pequenas propriedades organizadas em cooperativas.” (BARREIRO, 2010, p. 98).

A CNER atuou muito nos estados do Norte do Brasil, porém, também no RS se fez presente, estando relacionada à Igreja Católica, a qual difundia as atividades previstas por essa Campanha. Em 1950, antes da criação da CNER, o estado de Minas Gerais organizou a I Semana Ruralista, que contou com a participação de párocos rurais, fazendeiros, professoras e religiosos. Tais encontros demonstram que a Igreja Católica estava atenta às reivindicações políticas que vinham ocorrendo no Brasil quanto ao tema da reforma agrária e à inevitável consciência acerca da situação desigual que vivia a população camponesa. É desse encontro que fica instituída a célebre frase “[...] conosco, sem nós, ou contra nós, se fará a reforma rural.” (CARVALHO, 1985, p. 79).

Já no RS, cabe destacar que em 1953 a Diocese de Santa Maria realizou o 2º Congresso da Ação Social Rural no município de Cachoeira do Sul. O evento ocorreu de 16 a



19 de julho de 1953 e teve organização da Ação Católica Rural com a colaboração da Secretaria de Agricultura do estado do RS. Tal fato foi noticiado no jornal A Palavra e deixava claro importantes pressupostos: a implícita inquietação com a Reforma Agrária e sua necessária orientação cristã. A reportagem a seguir confirma essa preocupação, pois diz a Igreja não querer que a

Reforma Agrária se faça contra os preceitos da técnica, divorciada das lições da economia e distanciada da realidade social do nosso país [...] e, acatada a realidade social não fique afastada, desconhecida ou mesmo negada a inspiração cristã da reforma da orientação da vida rural. (SEGUNDO..., 1953, p.1).

A mesma reportagem confirma a aliança realizada com o governo do RS na qual afirmava ser natural a adesão do governo que “[...] deve procurar o bem-estar e a elogiável participação da Secretaria da Agricultura, a fim de que a Igreja e a Pátria, irmanadas num mesmo ardor patriótico e cristão, se deem [...] mãos para a grande batalha da redenção do povo rural.” (SEGUNDO..., 1953, p.1). Neste sentido, tais ações eram a tônica daquele momento, e, como abordaremos a seguir, houve diversas maneiras de as instituições atuarem junto às comunidades rurais.

AS SEMANAS RURALISTAS, AS CAMPANHAS RÁDIO EDUCATIVAS E A REFORMA AGRÁRIA NO JORNAL A PALAVRA

No jornal A Palavra as questões que envolviam as campanhas rádio educativas, a Reforma Agrária e as Semanas Ruralistas tiveram destaque demonstrando relevante articulação com a CNER. Desde o início do ano de 1947 até o final de suas edições, o jornal A Palavra noticiou e procurou despertar atenção do público leitor, principalmente para as Semanas Ruralistas.

Mendonça (2011, p. 139) ressalta que as Semanas Ruralistas foram idealizadas pelo Ministério da Agricultura junto com o ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano), sendo esse órgão responsável, desde a década de 1940, por uma redefinição do ensino técnico agrícola ao assumir práticas extensionistas direcionadas aos países subdesenvolvidos. O ETA funcionou no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964, sendo subordinado ao Ministério da Agricultura e ao Foreign Office dos Estados Unidos da América. A autora menciona que essas práticas extensionistas eram dirigidas aos adultos e, como veremos nas reportagens sobre esses eventos em Pelotas, destinavam-se a um público masculino (produtores do campo) e, por vezes, feminino (professoras rurais ou mesmo trabalhadoras domésticas). Assim, a primeira Semana Ruralista que identificamos no jornal A Palavra, datou de 1947 e foi uma iniciativa estatal promovida por uma instituição agrícola e sem vínculo com a Igreja Católica. O periódico católico local noticiou toda a programação do evento evidenciando que a instituição havia lhes enviado convite para comparecimento, provavelmente porque a primeira atividade da programação foi uma “[...] missa de



inauguração.” (SEMANA..., 1947a, p. 1). É interessante destacar que, ao menos no estado do RS, as Semanas Ruralistas só passaram à incumbência da Igreja Católica na década de 1950, muito embora continuassem com financiamento público via acordos estatais com a Igreja.

Desse modo, a “I Semana Ruralista” da cidade de Pelotas aconteceu em um espaço de educação formal, a Escola Agrotécnica Visconde da Graça. Essa era uma instituição de ensino técnico, destinada ao público masculino e que não era vinculada à Igreja Católica, como já referido, mas sim à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

A Semana Ruralista, organizada pela direção do colégio, era destinada a um público que correspondia a “[...] todos quantos se interessam pelos assuntos que se relacionam com a vida rural.” (SEMANA..., 1947b, p. 3). A partir da programação desta Semana podemos observar algumas de suas propostas que iam desde a exposição de produtos, cursos práticos de culturas regionais a “[...] formação de bibliotecas, museus escolares, grêmios educativos, clubes agrícolas, etc., para professores rurais [...]” e vacinação, aplicação de soros e vacinas para trabalhadores de estâncias, etc... (SEMANA..., 1947b, p. 3).

A notícia ressaltava ainda, que esses cursos voltados a questões mais práticas, que envolviam o cotidiano do trabalho e da educação rural, assemelhavam-se aos da “Semana dos Fazendeiros”, que ocorria em Viçosa, e que vinha atraindo a atenção dos agricultores brasileiros. Os cursos não eram destinados somente ao público escolar, pois tinham como objetivo atender também à comunidade externa à escola. Mesmo sendo um evento promovido diretamente pelo Estado, abordava também conteúdos característicos da educação não formal, ou seja, eram cursos práticos realizados num curto espaço de tempo, sem a preocupação com processos avaliativos ou conteúdos curriculares. (ETLLNG, 1993; MARANDINO, 2008). É Trilla (2008) que nos lembra das relações de reforço e colaboração existentes entre certos meios educacionais formais e não-formais, como podemos identificar que ocorria em relação a estas atividades.

Na I Semana Ruralista de Pelotas compareceu Roberval Polípio Nogueira Cardoso, identificado pelo A Palavra como “[...] renomado professor [...]” que veio “[...] ministrar cursos rápidos de educação rural às professoras municipais inscritas na Semana Ruralista.” (SEMANA..., 1947b, p. 3). Ele também ministrou cursos na I Semana Rural da Ação Católica realizada no Rio de Janeiro. Roberval Cardoso era reconhecido por ser técnico de educação rural, e autor dos livros **O Ensino de Desenho na Escola Rural** (1950) e **Grêmios para o meio rural**. Portanto, o destaque jornalístico dado a sua presença na I Semana Ruralista em Pelotas, corrobora com a ideia de que a imprensa é “[...] um lugar que permite apreender discursos que articulam práticas e teorias.” (NÓVOA, 1997, p. 11). Nesse sentido, vê-se uma atividade prática pautada pela reafirmação local dos discursos direcionados para população rural, evidenciados pela presença de um importante articulador e difusor de ideias voltadas à educação rural, como foi Roberval Cardoso. Assim conseguimos perceber as articulações em nível nacional e local tendo em vista uma nova formação rural.

É importante destacar que as Semanas Ruralistas surgiram no Brasil na década de 1940 com a finalidade de criar uma nova mentalidade rural, voltada à modernização do campo e de quem nele trabalhava. Em 1940, já haviam ocorrido três Semanas Ruralistas no Nordeste, nas cidades de Juazeiro, Barbalha e Quixeramobim. (CREA-SE..., 1940, p. 5). Segundo A Palavra, o seu objetivo era “[...] incentivar no alto do sertão os processos modernos e racionais que deverão usar os criadores e lavradores para obterem sucesso na sua labuta diária.” (SEMANA..., 1947a, p. 1).

No RS, as Semanas Ruralistas organizadas pela Igreja Católica ocorreram na década de 1950, em diversos municípios. Neste momento, o Estado repassa para a Igreja tais iniciativas, pois evangelização e modernização agropecuária, serão preceitos de interesses comuns entre essas instituições. A primeira Semana católica que identificamos no jornal A Palavra ocorreu em 1956 no Seminário de Viamão (SEMANA..., 1956, p. 1) e, em 1957, o evento aconteceu em Ijuí, organizado pela Diocese de Santa Maria (PRIMEIRA..., 1957a, p.6). Ainda, no mesmo ano, o jornal indica a possível realização de uma Semana Ruralista na cidade de Carazinho (SEMANAS..., 1957, p. 3) e a realização de outra em Santa Rosa. (PRIMEIRA..., 1957c, p. 7). Em 1958, a Diocese de Caxias do Sul realizou a sua 1ª Semana Ruralista. (PRIMEIRA, 1958, p. 3)⁹.

É necessário reiterar a importância do investimento de verbas públicas na realização das Semanas Ruralistas organizadas pela Igreja Católica dando continuidade a uma iniciativa do governo. No 36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro em 1955 (O NÚNCIO..., 1957, p. 6) ocorreu uma sessão solene proferida pelo Ministro da Agricultura, Munhoz Rocha, que ali representou o Estado e realizou convênio junto à Igreja para apoio das Semanas Ruralistas. (SÓ CRISTO..., 1955, p.1). Em uma reportagem do jornal A Palavra datada de 1958, tal fato é lembrado como um importante momento para que as Semanas realizadas no RS obtivessem êxito. Conforme é apontado, os bons resultados alcançados resultaram do

[...] acordo estabelecido em junho de 1955 entre o Ministério da Agricultura e a Igreja Católica, assinado pelo ex Ministro Munhoz de Rocha e pelo Arcebispo Dom José de Medeiros Delgado, presidente do secretariado da Ação Social da Conferência dos Bispos do Brasil. (AÇÃO..., 1958, p. 5).

No periódico A Palavra também foi destacada a atuação ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural)¹⁰. Ela foi uma instituição que, por vezes atuou em parceria com a Igreja Católica, e a partir de subsídios oriundos do Ministério da Educação e Cultura e do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), realizou atividades de extensão rural:

Destacando a necessidade de maior produtividade nas atividades rurais, disse o Sr. Diretor da ASCAR, - “o espírito do Convênio é, em última análise, promover o bem-estar dos lavradores e criadores, por meio das demonstrações educativas, estimulando-os na adoção de práticas e hábitos sadios de vida social, através de métodos de educação de base. [...]. Está valiosa e imprescindível cooperação financeira do Ministério da Educação e Cultura ao Programa de Extensão Rural da ASCAR, tem possibilitado a expansão das atividades em nosso estado. A ASCAR

abrange hoje 22 municípios do RS, e, aproximadamente 30% da população rural do Rio Grande do Sul. (MINISTÉRIO, 1958, p. 6).

Pode-se perceber assim, que o trabalho da ASCAR vinha ao encontro das iniciativas da Igreja que visavam maior capacitação de trabalho e modernização do meio rural. Algumas atividades eram realizadas conjuntamente entre estas instituições. Ao que tudo indica ambas buscavam objetivos semelhantes e necessitavam de respaldo político e econômico oriundo de instâncias governamentais tanto em nível municipal quanto estadual e federal.

Portanto, identificamos que as ações realizadas pela Igreja tinham como principais financiadores e colaboradores o Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura do RS, o consulado americano (ETA), a ASCAR e prefeituras.

No que tange à Diocese de Pelotas, a realização da I Semana Ruralista ocorreu na cidade de Canguçu entre 10 a 17 de novembro de 1957. Essa Semana recebeu amplo destaque nas páginas do jornal A Palavra. A escolha por esta cidade se justificou em função de que sua economia, baseada na produção agrícola, encontrava-se em precárias condições e “[...] fazia-se necessário o auxílio de técnicos do Rio, Porto Alegre e Pelotas [...]” (SEMANA..., 1957b, p. 1) a fim de auxiliar aquela localidade.

Pela análise do jornal católico, percebe-se que a Diocese de Pelotas acompanhou as iniciativas desses eventos no estado, iniciadas no Seminário de Viamão, em 1956, como já referido. Ao mesmo tempo, é interessante o fato de que foram as instâncias públicas que iniciaram as Semanas Ruralistas uma vez que ocorriam no CAVG desde 1947. Sendo assim, percebe-se o interesse da instituição católica em se articular paulatinamente a essa iniciativa, tomando para si tais eventos financiados em conjunto com o Estado.

A organização da I Semana Ruralista da Diocese de Pelotas ficou sob responsabilidade do bispo Dom Antônio Zattera. Com o financiamento do Ministério da Agricultura, do Departamento de Semanas Rurais e da prefeitura de Canguçu houve “[...] assistência técnica dos órgãos federais e estaduais especializados no assunto contando também com auxílio de autoridades locais [...] e com o representante da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), Dr. Paulo Rebelo.” (SEMANA..., 1957a, p. 1; CANGUÇU..., 1957, p. 1).

Ressaltamos que a Semana Ruralista realizada em Canguçu contou com a participação do governador do estado e do prefeito municipal. Momentos como esses eram noticiados, também, para tornar público o envolvimento de políticos de destaque, o que não deixava de ser uma ação estratégica para reforçar suas participações políticas e seus vínculos com a proposta da Igreja Católica no que tange à educação rural. Em notícia datada de 22 de novembro de 1957, intitulada “Encerrada com brilho a Semana Rural”, a imagem dos considerados principais envolvidos aparecia estampada na capa do jornal. Essa e outras reportagens nos dão subsídios para afirmar que a I Semana Ruralista contou com a colaboração do Ministério da Agricultura (M.A) e da Secretaria de Agricultura (S.A), aquela pertencente ao governo federal e esta a instância estadual, instituições que já apontamos anteriormente. Destaca-se, também,



como já anunciado, os interesses dos Estados Unidos em relação à formação técnica do camponês consubstanciadas aqui na participação do Consulado Americano. (ENCERRADA..., 1957, p.2).

Cumprir destacar, conforme Mendonça (1997), que as Semanas Ruralistas foram práticas “não escolares”. De fato, eram realizadas pela Igreja Católica em articulação com diversas entidades, porém, não deixavam de lado o público escolar. Havia uma preocupação que as ideias fossem expandidas aos espaços formais educativos. É o que podemos observar quando atentamos para a Comissão Central da Semana Ruralista de Canguçu, na qual participou Mary Prestes dos Santos, diretora das escolas municipais e Elaine Selistre, diretora de um Grupo Escolar. (PRIMEIRA..., 1957b, p. 4).

Em repetidas notícias do jornal analisado podemos perceber que havia preocupação com a vinda de técnicos para ensinar modernas formas de produção aos agricultores. É interessante ressaltar, também, que havia um intenso envolvimento para que a população fosse informada e tivesse interesse em participar dos eventos. A organização da Semana Rural de Canguçu já havia sido previamente divulgada no jornal A Palavra e trazia a seguinte programação, assim noticiada:

Em colaboração com o Serviço de informação do Ministério da Agricultura, as Secretaria de Educação, da ASCAR, do consulado americano e da Prefeitura Municipal, 10 sessões de estudos em Coxilha dos Piégas, Iguatemi e Coxilha do Fogo. Assuntos: bovinocultura, milho, trigo, problemas do solo e alimentação. A noite filme sobre os assuntos tratados.

Dia 14 (quinta), na sede de Canguçu: a partir das 9h e das 2h da tarde.

Assuntos: triticultura, milho batatinha e cultura do pêssego. A noite cinema.

Dia 15 (sexta-feira), na sede: abertura da exposição agropastoril. A noite cinema.

Dia 16 (sábado), na sede: 9 horas. Assunto: mecanização da lavoura, associativismo e alimentação.

Dia 17 (domingo): SOLENE encerramento com missa campal oficiada por Dom Antônio Zattera, com a presença do Sr. Governador do Estado e dos Secretários e das autoridades locais. (PRIMEIRA..., 1957b, p. 4).

No início do ano de 1958 o coordenador da Semana Ruralista de Canguçu, padre Severino, ocupou parte das duas primeiras páginas do jornal A Palavra para divulgar algumas conclusões sobre o evento ocorrido. Além de relatar um balanço do que poderia ser modificado e melhorado na organização da próxima Semana Ruralista da Diocese, como, por exemplo, a centralização das atividades em um único local, também trouxe o resultado de questões que foram debatidas relativas, principalmente, a objetivos traçados e formas práticas de dinamizar a produção na região de Canguçu. No que tange a questões técnicas notamos a estratégia da Igreja em mobilizar o associativismo como forma de organização entre os camponeses. A Associação Rural e o aumento do número de sócios nos distritos em foram a tônica do evento. A própria Associação deveria disponibilizar produtos a serem vendidos ao agricultor além de realizar mediação para que técnicos de redes federais, como o Instituto Agrônomo do Sul, pudessem ajudar em produções mais lucrativas. Do mesmo modo citava o “Posto Zootécnico da Serra, situado em Itupanciretã”, como possível local para que a



Associação enviasse os filhos dos agricultores para realizarem cursos ou o fato da Associação articular créditos em agências do Banco do Brasil. Além disso, as considerações não deixaram de abordar sobre o que seria necessário ensinar em espaços formais de educação. Havia o incentivo à criação de Clubes Agrícolas, de mais escolas estaduais nas regiões interioranas e que nelas houvessem “uma aquisição de terra”, onde os alunos pudessem ter “[...] semanalmente uma ou duas aulas de estudos práticos relativos à agricultura.” (CANGUSSU..., 1958, p. 1-2).

No que tange à Semana Ruralista realizada em São Lourenço, que foi realizada de 1 a 8 de fevereiro de 1959, assim referia o jornal sobre sua divulgação:

Foi realizada intensa propaganda além de panfletos e convites. Houve 14 sessões de cinema gratuitamente realizadas pelo Consulado americano de Porto Alegre em diversos pontos do interior onde foi dada uma pequena explicação em alemão e português sobre o significado e a necessidade de tal semana. Houve também diariamente na rádio de São Lourenço dois programas preparativos a Semana. (KALTBACH, 1959b, p. 1-2).

Havia interesse de que as notícias sobre esses eventos repercutissem nas comunidades chegando a serem distribuídos em torno de “[...] 3 mil programas impressos.” (PRIMEIRA..., 1959, p. 6). Percebe-se que informar a participação do Consulado americano na organização poderia ser uma forma de atrair maior interesse da população, uma vez que ideias que viessem de países mais desenvolvidos teriam implícitas suas pretensões de modernidade frente ao atraso em que se encontrava o meio rural. Notamos também o fato de que das 29 notícias do jornal *A Palavra* selecionadas para este estudo (que se concentraram principalmente entre 1937 a 1959), e que abordavam em seus títulos a palavra rural ou reforma agrária, 14 foram destacadas na capa do jornal. Isso demonstra o quanto essa temática era reforçada pela Igreja e pelas instituições envolvidas em sua organização de modo que tivessem visibilidade na primeira capa do jornal.

Outra notícia sobre a Semana Ruralista de São Lourenço do Sul ocupava boa parte da página 6 do jornal *A Palavra*. O texto relatava sobre as reuniões de sua Comissão organizadora e também buscava junto aos leitores uma preparação e possível adesão à causa. (PRIMEIRA..., 1959, p. 6).

Na divulgação deste evento, podemos observar distintos direcionamentos dos conteúdos a serem trabalhados para os homens e mulheres. Ao divulgar a organização do evento a mesma notícia trata dos temas oferecidos para os participantes masculinos que seriam sobre “[...] gado leiteiro, criação de suínos, avicultura, solo, plantação de batata e milho, fruticultura, doenças de animais e plantas, higiene, forrageiras e associativismo.” (PRIMEIRA..., 1959, p. 6). Para as mulheres seriam ofertadas “[...] conferências separadas [...]” referentes a assuntos de “[...] economia doméstica, educação matrimonial, cuidados pré-natais, higiene, puericultura, fruticultura, avicultura, floricultura e educação familiar.” (PRIMEIRA..., 1959, p. 6). Etllng (1993) nos esclarece que a educação não formal, como é o



caso do que ocorria nas Semanas Ruralistas, tem como característica a realização de cursos e atividades geralmente aplicados a subgrupos específicos da população, aqui destinados a parcelas femininas e masculinas de forma distinta, retratando a separação entre gêneros corrente na época.

Com relação à participação e expectativas dos trabalhadores rurais neste acontecimento, é interessante ressaltar uma reportagem denominada “ignorância e cooperação”, assinada pelo padre Ingolf José Kaltbach, o qual associou as críticas feitas a organização da Semana de São Lourenço à ignorância e os elogios à colaboração. Datada de 30 de janeiro de 1959, a reportagem denunciava que alguns participantes discordaram do que lhes seria oferecido na Semana que foi realizada no mês seguinte. Segundo constava nesta reportagem, os trabalhadores questionavam o ensino técnico e teórico que seria ministrado, pois já se consideravam sabedores empíricos das questões agrárias, de um espaço que eles dominavam mais do que aqueles que não viviam no campo. Ao mesmo tempo, reclamavam do fato de terem de ficar uma semana sem trabalhar para participarem do evento. Ao discordar dos camponeses, os próprios organizadores destacavam na notícia aquelas ideias que provavelmente não teriam espaço no jornal *A Palavra*, não fosse o tom de denúncia que eram trazidas por quem detinha o poder da escrita naquele meio de comunicação. Denunciando o que “alguns acham” o padre enumera algumas críticas, dentre as quais a de que, “[...] os técnicos e conferencistas das Semanas são uns teóricos e nada entendem da vida prática e dos trabalhos e problemas do colono.” (KALTACH, 1959a, p. 2). Além disso, o padre relatava que alguns colonos apontavam a inutilidade de certos ensinamentos porque os governos municipal, estadual e federal não os ajudavam nas necessidades do campo.

É possível que os agricultores estivessem atentos ao fato de que Estado e Igreja Católica, propunham inovações técnicas que não vinham ao encontro de suas expectativas e necessidades mais urgentes como a melhoria das estradas que davam acesso às zonas rurais, as quais eram importantes para o escoamento das suas produções e comunicação com a zona urbana. Por outro lado, podemos perceber os próprios organizadores, constatarem o êxito do evento, ao mesmo tempo em que se diziam estar cansados das “[...] viagens torturantes [...]” (KALTACH, 1959b, p. 1-2), ou seja, realmente as condições para escoamento da produção não poderiam ser as melhores.

Uma outra preocupação dos moradores rurais, ainda denunciada pela Igreja na mesma reportagem de 30 de janeiro, era que, “[...] pelo convênio do Ministério da Agricultura com o Episcopado Nacional na realização das Semanas Rurais, as aulas sobre gado leiteiro, suinocultura, conservação do solo, etc...venham a transformar-se em aulas de religião católica.” (KALTACH, 1959a, p. 2). É interessante o fato de que a Igreja Católica, ao denunciar e condenar a opinião dos participantes nas Semanas, acaba nos deixando pistas, indícios, como bem refere Ginzburg (1983), sobre sujeitos que não costumavam ter espaços em que pudessem divulgar suas ideias. Mesmo que os organizadores tenham considerado um absurdo essas reclamações, parece que havia um fundo de verdade no que os agricultores



ponderavam, visto que, quando atentamos em outras notícias para parte da programação da 2ª Semana, vemos que algumas palestras foram proferidas por religiosas, como, por exemplo, a “[...] irmã Lúcia.” (KALTBACH, 1959b, p. 1-2). Embora fosse intenção dessas reportagens refutar as críticas recebidas, aqui, podemos perceber o que Bastos (2002, p. 153) nos alerta, pois, desvelamos “[...] os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas [...]” mostrando que nem tudo que era oferecido para consumo educativo dos trabalhadores rurais era aceito sem críticas, contraposições e resistências.

Nesse sentido, Chartier (1988) nos ajuda a pensar que a realidade é representada pelos diferentes grupos intelectuais que mostram como ela é construída. Podemos dizer que o “tripé” de ações da Igreja (Semanas Ruralistas, Rádio Educação e Reforma Agrária), representou os instrumentos com os quais disseminou um projeto educacional católico para a educação rural que orientou práticas ou maneiras de “de estar no mundo” reforçando ideias do catolicismo.

Não é demais afirmar que a produção e a divulgação de textos impressos, no caso aqui apresentado, de textos de um periódico católico, possibilitam a apreensão de sentidos diversos. Assim, houve um discurso que, certamente, foi cruzado “[...] por práticas complexas, múltiplas, diferenciadas [...]” (CHARTIER, 1988, p. 28) que dão aos indivíduos e grupos certa liberdade sobre sua recepção. Essa liberdade, foi reconhecida no texto analisado como “ignorância” pelos organizadores da Semana Ruralista. No entanto, há que se destacar aqui que as práticas do Estado e da Igreja, em parte, não contemplavam as necessidades cotidianas imediatas da população rural. Necessidades básicas que envolvem, por exemplo, o difícil escoamento da produção e que são vivenciadas até hoje em todo o território brasileiro. Ressalta-se que nestes eventos havia representantes políticos responsáveis pelo atendimento e encaminhamento de suas demandas por infraestrutura. Mas que neles participavam representando um discurso nacional de modernização do campo via constituição de “novas práticas” e técnicas mais modernizantes. Práticas estas que não contemplavam a organização política de segmentos rurais. Portanto, ao que tudo indica, não era ignorância dos agricultores demonstrarem suas expectativas além do que era “ensinado” nestes eventos.

Na Diocese de Pelotas, as Semanas Ruralistas não foram a única estratégia de formação voltada para a população rural. Também houve um incentivo via Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), órgão do Departamento Nacional de Educação, criado em 1958, que tinha como objetivo “[...] penetrar no interior do país de modo a facilitar ao homem do campo, principalmente as bases gerais para um aprendizado mais fácil e efetivo.” (CAMPANHA...1958, p. 2).

É importante destacar que todo este aparato de intervenção educativa voltado para a população rural era pautado pelo receio da Igreja Católica quanto ao crescimento das ideias reformistas no campo e da crescente influência do comunismo. Como já salientado por Amaral (2003), essas questões eram assuntos constantes nas páginas do jornal pelotense católico A Palavra.



Segundo Paiva (1985), a SIRENA fazia parte da Campanha de Educação de Alfabetização de Adultos, aprovada em 1947, resultante da preocupação com os altos índices de analfabetismo apontados pelo censo de 1940: “[...] lançada sob a coordenação do Departamento Nacional de Educação, a Campanha desenvolveu suas primeiras atividades com base num plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos [...]” (PAIVA, 1985, p. 218) numa clara tentativa de recuperação de um movimento que vinha em declínio desde 1954. Embora Paiva (1985, p. 219) refira que a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) “[...] se desmembrara, tornando-se um movimento em separado[...]” identificamos que a SIRENA foi destinada a um público adulto e sua atuação dependia de iniciativas locais que também envolveram diretamente as Dioceses católicas. Porém, antes mesmo de iniciar as atividades em Pelotas a Diocese já divulgava o que considerava “ótimos resultados” obtidos em outras 18 paróquias da Arquidiocese de Natal, através das escolas radiofônicas. E noticiava que “[...] diversos programas de educação religiosa, social e técnica vem sendo mantidos com a colaboração de sacerdotes, técnicos, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Cultura (SIRENA), religiosas e Ação Católica.” (ÓTIMOS..., 1959, p. 6).

Numa defesa da propagação das escolas radiofônicas, o jornal A Palavra publicou uma edição especial (suplemento), na qual o chefe do SIRENA, João Ribas da Costa, escrevia sobre o assunto. Seus argumentos eram de que não havia escolas suficientes no país para toda a população e de que tão cedo não haveria, pois para uma população adulta, inculta e ainda analfabeta – uma vez que apenas 5% da população concluía o curso primário - eram necessários outros recursos e formas de atuação voltadas para a solução desse problema. Para ele, embora a radiofonia não viesse a substituir as escolas tradicionais, seria um complemento educacional, “[...] um remédio, um recurso de emergência, algo de valor positivo em favor de milhões de pessoas para quem a educação e a instrução, até agora, só tiveram aspectos negativos.” (COSTA, 1959). Apesar de sua afirmação de que a escola não deveria ser substituída, em outra notícia João Ribas destaca os problemas e as desvantagens da escola formal para os adultos. Segundo Ribas, os programas de rádio trariam ecletismo, dinamismo e atratividade, além de atingir um público muito maior. Afirmava que a escola comum não contava com tais características, sendo que seu modelo, muitas vezes, era identificado como responsável pela evasão escolar: “[...] os adultos não toleram aulas formais, rotineiras, enfadonhas e daí a enorme evasão escolar.” (COSTA, 1959). Segundo ele, a rádio educação deveria direcionar-se para uma formação integral “[...] que não alfabetize apenas, mas eleve progressivamente o nível cultural da população com benéficos reflexos na saúde, na economia, na formação moral e cívica de todo cidadão.” (COSTA, 1959). Para o autor, a responsabilidade pelo analfabetismo no país recaía sobre o professor, que não dava aulas atrativas e interessantes. Essas considerações não levavam em conta todo um contexto social, político e cultural em que estava inserida a educação, o processo de escolarização bem como as precárias condições de atuação docente.

Segundo o jornal, a finalidade do SIRENA era “[...] facilitar ao homem do campo, principalmente, as bases gerais para um aprendizado mais fácil e acessível.” (CAMPANHA...,

1958, p. 2). Os cursos radiofônicos eram dedicados à higiene, à agricultura e à pecuária. Porém, as aulas deveriam abordar também aritmética, geografia, economia social, economia doméstica e religião. (CAMPANHA..., 1958, p. 2).

Foi em abril de 1959 que a Diocese de Pelotas se conveniu ao SIRENA com a finalidade de aplicar o sistema de educação popular via rádio. Sobre este convênio, lê-se o seguinte:

Segundo o acordo, ao SIRENA caberá o planejamento, orientação técnica, fiscalização e o controle dos serviços em que colaborar, bem como o fornecimento de cursos básicos de cultura popular gravados em discos ou fitas magnéticas, abrangendo os setores sanitários, educativos, cívico e econômico, acompanhados do respectivo material visual. À Diocese de Pelotas caberá a instalação das escolas radiofônicas, o recrutamento de pessoal, administração, fiscalização imediata e responsabilidade pela execução dos serviços. (PELOTAS..., 1959, p. 1).

A responsabilidade pela aplicação do sistema em Pelotas ficou a cargo do padre Raul Farina, diretor do jornal A Palavra que também constituiu as escolas radiofônicas. Foram convidadas paróquias, entidades e particulares “[...] no sentido de organizarem em suas próprias residências pequenos grupos de analfabetos e ao mesmo tempo servirem de monitores e orientadores sobre o que fosse pronunciado pelo professor através da rádio.” (PELOTAS, 1959, p. 1). A primeira emissora a transmitir os programas foi a rádio Pelotense, em 27 de maio de 1959. Participaram também as rádios Cultura e Tupanci de Pelotas. (INICIADAS..., 1959, p. 1).

No anúncio intitulado “Programas de Educação Popular”, temos uma ideia da programação radiofônica. Constata-se a pretensão da Igreja em realizar o que era identificado como “Educação Popular”, orientando e ensinando sobre problemas enfrentados na vida cotidiana rural, os “problemas modernos”. No mesmo anúncio, a população é convidada, também, a ouvir programas de evangelização transmitidos pelas rádios de Pelotas. (PROGRAMAS..., 1959, p. 2).

A Campanha através da rádio foi articulada pelo Fraterno Auxílio Cristão, órgão da Diocese de Pelotas, e estendeu-se para a cidade gaúcha de Jaguarão. Através da rádio Cultura dessa cidade, três vezes por semana (nas terças, quintas e sábados) haveria 15 minutos de programa rádio educativo. Conforme é publicado no A Palavra:

As lições vem todas elas gravadas em discos que o Ministério da Educação remete ao Fraterno Auxílio Cristão. Os assuntos são os mais variados: aprendizagem de leitura e escrita, puericultura, educação familiar, saúde e higiene, economia doméstica, agricultura, criação de animais domésticos, etc. (O SIRENA..., 1959, p. 1).

Neste sentido, reitera-se que esta foi mais uma prática educativa em que o Estado e a Igreja atuaram junto à educação não formal. Dessa forma, o incentivo à população adulta a pensar sobre a temática rural e religiosa não se dava somente em cursos presenciais, mas também, através das ondas emitidas pelas emissoras de rádio.



Há que se destacar ainda que, além da educação voltada às práticas cotidianas modernizantes onde não foi descurada a alfabetização e a saúde, também o acesso a novas técnicas agropastoris, bem como a atuação dos trabalhadores rurais, mereceu interesse da Igreja Católica. No bojo de sua postura anticomunista, a Igreja teve destacada atuação junto à organização e atuação sindical de trabalhadores urbanos e rurais.

Carvalho (1985) argumenta que a década de 1950 e início de 1960 foram momentos de maior organização camponesa e ao mesmo tempo de acentuação dos debates em torno da Reforma Agrária em todo o país, outra temática que envolveu a Diocese de Pelotas. O autor afirma que é fruto desta inquietação a Carta Pastoral lançada por Dom Inocêncio Engelke na I Semana Ruralista da Diocese de Campanha, MG, em 1950, que se pautou pela preocupação com as reivindicações camponesas pela terra. Ao mesmo tempo, para Harres (2007, p. 253) “[...] em consonância com movimentações noutras regiões do Brasil, a organização dos trabalhadores rurais ganhou impulso no Rio Grande do Sul durante a experiência democrática do período populista de 1945-64.”

Neste contexto, as notícias que circularam no jornal A Palavra referentes à Reforma Agrária no Brasil eram caracterizadas pelo que Carvalho (1985) denominou de consenso. Referindo-se a um Congresso Católico de 1957, cujo tema teria sido o homem e a terra, Mons. Luigi Ligetti, diretor da Conferência Nacional Católica de Vida Rural, fazia uma importante observação: “[...] não era meta do Congresso, como julgavam alguns, impulsionar uma reforma agrária. O conceito de reforma agrária é perigoso porque tem sabor de comunismo nestes tempos [...]” (REFORMA..., 1957, p. 1) a notícia ainda esclarecia que a Igreja desejava a “[...] cristianização do campo [...]”, onde a “[...] propriedade pessoal seria a base de uma justiça distributiva.”

Poucas foram as reportagens encontradas no jornal sobre a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Porém, a Igreja Católica chegou a abordar a necessidade de maior justiça nos preços dos produtos agrícolas. Com o título de que “Defende a Igreja os direitos do agricultor” o jornal noticiava que Dom Helder Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, falou à imprensa ao final de uma reunião dos bispos da Amazônia, sobre os direitos trabalhistas dos agricultores e a necessidade de maior estudo sobre a participação dos empregados urbanos nos lucros das empresas. (DEFENDE..., 1957, p. 8).

Em 1959, o mesmo arcebispo, Dom Helder, tratou das negociações com o Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, sobre o andamento da questão da Reforma Agrária. O arcebispo mencionou sobre a implantação de um plano-piloto de Reforma Agrária em Goiás, na Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Corumbá, pertencente à Arquidiocese de Goiânia. (EXPERIÊNCIA-PILOTO..., 1959, p. 5). A ajuda viria a partir de orientações técnicas de um grupo de trabalho conjunto entre o Ministério da Agricultura, Serviço Social Rural e o Instituto de Imigração e Colonização. Para Dom Helder a Igreja deveria dar exemplo através de suas ideias. Seus argumentos para a Reforma Agrária eram os de que a Igreja Católica daria suporte religioso aos agricultores:

[...] não compreendemos Reforma Agrária como uma simples doação de terras: esse fato deve ser complementado pela assistência espiritual e moral que ficará a cargo a Igreja e de assistência econômico financeira e técnica, de que se incumbirão os órgãos governamentais. (EXPERIÊNCIA-PILOTO..., 1959, p. 5).

O jornal católico A Palavra, infelizmente, encerra sua circulação no ano de 1959, como já referido. Podemos constatar que suas publicações sobre o assunto da Reforma Agrária reduziram-se a reproduzir ideias de representantes católicos sobre o assunto, e, ao mesmo tempo, divulgar fatos e acontecimentos de outras regiões do Brasil sobre a questão em si. A última reportagem encontrada no periódico reproduziu a ideia do já citado Monsenhor Luigi Ligetti, o qual se posicionava quanto ao tema da Reforma Agrária na América Latina destacando os seguintes pontos: a necessidade de ser a Reforma “[...] economicamente sã [...]”, ou seja, ter mercado para escoamento dos produtos; ser “[...] moralmente justa [...]”, devendo respeitar os direitos dos proprietários e, ao mesmo tempo, não permitir que continuasse existindo um sistema injusto de propriedade e exploração da terra; e, por último, “[...] deve ser socialmente democrática [...]”, devendo o homem comum participar desse processo, pois “[...] ao homem é necessário reformá-lo desde o coração, ajudá-lo a desenvolver as faculdades e talentos de que Deus os dotou, até fazê-lo consciente de suas responsabilidades sociais do bem comum.” (REQUISITOS..., 1959, p. 4).

Silva (2010, p. 79) considera que os conflitos agrários no Brasil e América Latina foram “[...] tensões oriundas das necessidades de redistribuição de terras que o Estado democrático brasileiro tem sido incapaz de concretizar [...]” o que propiciou o aparecimento de lideranças que acenavam com a mudanças sociais no campo. “Tais mudanças situaram a Igreja Católica numa ação concreta no campo, organizando os trabalhadores rurais para a percepção de um contexto de exclusão e, conseqüentemente, da concretização de uma justiça agrária.” (SILVA, 2010, p. 79). Para a autora embora a segunda metade do século XX tenha sido um momento de reformas consideradas progressistas no seio da Igreja Católica, tais ações de fato não foram mobilizadoras de modificações substanciais para as difíceis condições das comunidades rurais. Para ela, o

[...] repertório coletivo presente nas ações e discursos das lideranças acomodou sintomaticamente o conflito pela terra na tradição e na concepção moral da distribuição de terras, aprisionando a sua capacidade de dimensão pró-ativa aos rituais litúrgicos político-religiosos presentes nas romarias e encontros pastorais da época. Tais movimentos reafirmaram não apenas uma política moral conservadora ao distanciar-se de sua capacidade de protesto e representação política de fato, mas também enaltecem a dimensão moral da distribuição de terras para a questão agrária. (SILVA, 2010, p. 80).

Neste sentido, as propostas de Dom Eugênio Salles, Dom Helder Câmara e Dom Fragozo, a partir de 1955, foram renovadoras para a Igreja Católica, “[...] ampliando a politização e as concepções de Reforma Agrária no Brasil [...]” (SILVA, 2010, p. 85), buscando um consenso que não levasse a conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários. Embora poucas, as notícias referentes a temática da Reforma Agrária presentes no jornal A



Palavra, de fato, pregavam distribuição de terras pelo governo e assistência técnica, além da assistência espiritual a qual a Igreja Católica seria principal representante imbuída. É perceptível que o discurso da Igreja buscava um consenso que não desestabilizasse o direito à propriedade privada. Pelo menos foi assim que o já citado Mons. Luigi Ligetti, se manifestou em 1957 enquanto diretor da Conferência Nacional Católica de Vida Rural.

Deste modo, os assuntos aqui elencados suscitaram debates, publicações e ações efetivas no que tange a inserção católica junto ao campesinato. Entendemos que as ações realizadas nas Semanas Ruralistas, na Campanha de radiofonia ou no debate sobre a Reforma Agrária, foram discussões extensivas a adultos, crianças, mulheres e homens do meio rural com potenciais influências junto ao meio urbano uma vez que o jornal A Palavra circulava junto aos diversos segmentos da Diocese tanto rurais quanto urbanos, o que reflete o envolvimento da Diocese de Pelotas em pautas nacionais traçadas pelo episcopado católico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste texto, enfatizar aspectos do contexto nacional e local quanto ao posicionamento da Igreja Católica em relação à educação rural. Desse modo, percebemos através das notícias publicadas no jornal A Palavra, um forte envolvimento da Diocese de Pelotas em articular na cidade e municípios vizinhos a evangelização dos moradores do campo através do incentivo à formação de técnicas que, na época, representavam a modernização de suas produções. Representantes da Diocese participavam de eventos em nível local e nacional no intuito de buscar conhecimentos para atuar na educação rural. Para tal, podemos dizer que o 1º Curso intensivo na Universidade Rural, ocorrido em 1949 no Rio de Janeiro, foi um marco na organização da Igreja Católica em âmbito nacional, por tratar-se de um evento que agregou clérigos de todo o país a fim de debater a inserção da Instituição em diversos espaços rurais.

Consideramos que, principalmente na década de 1950, os espaços educativos não formais privilegiaram a inculcação de valores católicos, educando e cercando a população que residia na zona rural através do que Gohn (2006) denominou de valores de pertencimento herdados. Tudo isso com o apoio e financiamento também do governo brasileiro.

Assim, as ações realizadas foram viabilizadas através da CNER mantida, principalmente, pelo Ministério da Agricultura e a ASCAR, que incentivaram junto ao episcopado as Semanas Ruralistas com apoio do consulado americano. Quanto às Campanhas Rádio Educativas, essas foram articuladas pelo SIRENA junto ao Ministério da Educação e Cultura. Tais processos e redes de organização demonstraram a preocupação de diferentes órgãos em controlar processos de produção e civilizar a população rural não só da região, mas do país. Assim, a educação não formal para o rurícola foi viabilizada através do que convencionamos denominar de um tripé educativo que envolveu as Semanas Ruralistas, a Rádio Educação e discussões sobre Reforma Agrária.

Podemos dizer, que, no contexto estudado no A Palavra, um dos maiores destaques das reportagens foram as Semanas Ruralistas. As Semanas foram eventos destinados a direcionar a produção rural de acordo com técnicas consideradas mais modernas. Porém, lembramos que o Estado articulou de forma autônoma os primeiros eventos na cidade de Pelotas, que foram realizados na Escola Agrotécnica Visconde da Graça. A orientação educativa se fez pela presença de palestrantes renomados nacionalmente como Roberval Cardoso ou pelo convite a professoras (es) municipais e integrantes de escolas. Posteriormente, a Igreja Católica tornou sua essa incumbência e a Diocese de Pelotas atuou fortemente na realização desses eventos, como foi o caso da Semana Rural realizada nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul. Igualmente aqui, tanto quanto nas Semanas Rurais promovidas pelo governo federal, os cursos agregavam representantes escolares e propunham orientações extensivas a espaços formais, incentivando abertura de Clubes Agrícolas e inserção de conteúdos agrícolas nos currículos escolares. Do mesmo modo, buscavam ampliar as ações do Estado e Igreja realizando uma alfabetização “a distância”, através da rádio educação. Emissoras de rádio nas cidades de Pelotas e Jaguarão foram os espaços educativos que informaram a população conteúdos referentes às questões rurais e religiosas.

Embora o jornal A Palavra tenha cessado justo no ano em que se intensificavam as notícias sobre a Reforma Agrária, em 1959, percebemos que o assunto era uma forte preocupação do meio jornalístico local, pois as notícias sobre o tema eram frequentes. Sem tocar em questões que envolvessem a existência dos latifúndios, a Igreja sinalizava para a necessidade de organização dos trabalhadores através de cooperativas e associações. Sob a orientação de preceitos cristãos e católicos, os camponeses conquistariam um espaço para o que consideravam um trabalho ordeiro e com a atuação de práticas e tecnologias mais modernas.

Sendo assim, o jornal A Palavra apresentou em suas publicações os princípios do que a Diocese de Pelotas almejava, orientando seus fiéis quanto às questões rurais e religiosas. Cercado por notícias relativas à evangelização, o periódico divulgou grande parte das ações da Diocese, demonstrando seu interesse em informar sobre a Igreja e ao mesmo tempo educar para novos hábitos educativos rurais com forte articulação nacional com o Estado. No entanto, identificamos críticas ao excesso doutrinário das Semanas Ruralistas bem como ao seu distanciamento da realidade dos camponeses, onde percebemos que a recepção dos leitores, através das informações e das ações realizadas pela Igreja, nem sempre foram passivas.

Por último, destacamos que o tripé de ações aqui identificadas, Semanas Ruralistas, Campanha Radio Educativa e Reforma Agrária, refletem acontecimentos em âmbito regional e nacional e suas particularidades devem ser expandidas em outros estudos no âmbito da História da Educação.

REFERÊNCIAS

AÇÃO Ruralista do episcopado brasileiro. **A Palavra**, Pelotas, p. 5, 6 jun. 1958.

AMARAL, G. L. do. **Gatos pelados x galinhas gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas. (Décadas de 1930 a 1960). 2003. 338 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

AMARAL, G. L. do. O periódico católico pelotense “A Palavra”: aspectos sobre a Igreja Católica e a educação nas primeiras décadas do século XX. **Cadernos de Educação**. Pelotas, p. 153-171, jul./dez. 2007.

AZZI, R.; GRIJP, K. **História da igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/3-2. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARREIRO, I. M. de F. Helena Antipoff – A educadora ruralista: a construção de um acervo pessoal e sua relevância para a educação na atualidade. **Revista Patrimônio e Memória**, v. 3, n. 1, p. 121-136, 2007.

BARREIRO, I. M. de F. **Política de educação no campo**. Para além da alfabetização (1952-1963). [online]. São Paulo: Ed. UNESP: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q7zxz/pdf/barreiro-9788579831300.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BASTOS, M. H. C. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D. (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados. 2002.

CAMPANHA de educação. **A Palavra**, Pelotas, p. 2, 10 out. 1958.

CANGUÇU prepara a semana ruralista. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 6 out. 1957.

CANGUSSU: conclusões da semana ruralista da Diocese. **A Palavra**, p. 1-2, Pelotas, 10 jan. 1958.

CANTANHEDE, Z. A vida rural no Brasil e a ação do clero. **A Palavra**, Pelotas, p. 7, 25 nov. 1949.

CARVALHO, A. V. de. A Igreja Católica e a questão agrária. Alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964. In: PAIVA, V. (org.). **A igreja e a questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão, 1988.

CHARTIER, R. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, S. J. (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

COSTA, J. R. da. Escolas radiofônicas para a educação popular. **A Palavra**, (Suplemento), p. 1, 24 abr. 1959.



CREA-SE no nordeste uma nova mentalidade rural. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, ano 1940, edição 040062, p. 5, 20 set. 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pagfis=4003. Acesso em: 04 nov. 2017.

DEFENDE a igreja os direitos do agricultor. **A Palavra**, Pelotas, p. 8, 15 nov. 1957.

ENCERRADA com brilho a semana rural. **A Palavra**, Pelotas, p. 2, 22 nov. 1957.

ETLLNG, A. What is nonformal education? **Journal of Agricultural Education**, s/n, p. 72-76, 1993. Disponível em: <http://pubs.aged.tamu.edu/jae/pdf/Vol34/34-04-72.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

EXPERIÊNCIA-PILOTO da reforma agrária de Dom Helder Câmara. **A Palavra**, Pelotas, p. 5, 23 jan. 1959.

GINZBURG, C. Señales: Raíces de un Paradigma Indiciario. In: GARGANI, A. (org.). **Crisis de la Razón**. México: [s.n.], 1983.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HARRES, M. M. Movimentos sociais rurais. In: GERTZ, R.; BOEIRA, N.; GOLIN, T. (org.). **República**. Da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 235-257. v. 4.

KALTBACH, I. J. Coroada com pleno êxito a semana rural. **A Palavra**, Pelotas, p. 1-2, 6 mar. 1959b.

INICIADAS as irradiações de educação popular. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 29 mai. 1959.

KADT, E. de. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: Ed. UNESCO, 2007.

KALTBACH, I. J. “Ignorância” e cooperação: para a semana ruralista de São Lourenço. **A Palavra**, Pelotas, p. 2, 30 jan. 1959a.

MACIEL, L. A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D. et al. (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004.

MARANDINO, M. **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: Geenf: Feusp, 2008.

MENDONÇA, S. R. de. Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Revista Tempo**, v. 15, n. 29, jan. p. 139-165, 2011.

MENDONÇA, S. R. de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.



MINISTÉRIO da Educação – ASCAR: renovado acordo que promove Programa de Assistência ao homem do campo. **A Palavra**, Pelotas, p. 6, 31 out. 1958.

NOTICIÁRIO. Congresso da Ação Rural. **A Palavra**, Pelotas, p. 6, 20 mai. 1955.

NÓVOA, A. A imprensa da educação e ensino. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C (org.). **Educação em revista** - A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.

O CONGRESSO eucarístico e a paz no mundo. Mensagem. **A Palavra**, Pelotas, p. 3, 29 jul. 1955.

O NÚNCIO e o ruralismo. **A Palavra**, Pelotas, p. 6, 29 mar. 1957.

O SIRENA. Jaguarão inicia rádio educação. O FAC patrocina também no extremo-sul. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 10 jul. 1959.

ÓTIMOS resultados obtidos com as escolas radiofônicas. **A Palavra**, Pelotas, p. 6, 9 jan. 1959.

PADRE Libório Persch. Curso de orientação agrícola para sacerdotes rurais. **A Palavra**, Pelotas, p. 2, 19 ago. 1949.

PADRE Severino. A Semana ruralista de Cangussú. **A Palavra**, Pelotas, p. 3, 18 out. 1957.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1985.

PELOTAS, será pioneira em rádio educação no estado. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 17 abr. 1959.

PREPARAM-SE líderes para a ação católica no meio rural. **A Palavra**, Pelotas, p. 6, 9 jan. 1959.

PRIMEIRA semana rural em São Lourenço do Sul. **A Palavra**, Pelotas, p. 6, 16 jan. 1959.

PRIMEIRA semana ruralista da Diocese de Pelotas. **A Palavra**, Pelotas, p. 6, 15 mar. 1957a.

PRIMEIRA semana ruralista em Canguçu. **A Palavra**, Pelotas, p. 4, 1 nov. 1957b.

PRIMEIRA semana ruralista em Caxias do Sul. **A Palavra**, Pelotas, p. 3, 28 fev. 1958.

PRIMEIRA semana ruralista na Diocese. **A Palavra**, Pelotas, p. 7, 4 out. 1957c.

PROGRAMAS de educação popular. **A Palavra**, Pelotas, p. 2, 5 jun. 1959.

REFORMA agrária. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 19 abr. 1957.

REQUISITOS para a reforma agrária. **A Palavra**, Pelotas, p. 4, 11 dez. 1959.



SEGUNDA Semana Ruralista de Ijuí. **Boletim de Educação Rural**, Porto Alegre, v. 1. p. 28-31, jun. 1958.

SEGUNDO Congresso de Ação Social Rural. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 10 jul. 1953.

SEMANA ruralista. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 6 jul. 1956.

SEMANA ruralista. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 16 mai. 1947a.

SEMANA ruralista. **A Palavra**, Pelotas, p. 3, 25 abr. 1947b.

SEMANA ruralista em Canguçu. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 25 jul. 1957a.

SEMANA ruralista em Canguçu. P.S.F. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 8 nov. 1957b.

SEMANAS ruralistas. **A Palavra**, Pelotas, p. 3, 22 mar. 1957.

SILVA, C. N. da. “Os pobres herdarão a terra”: conflitos rurais e Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século XX. **Revista Crítica Histórica**, ano I, n. 2, dez. p. 78-97, 2010.

SÓ CRISTO pode nos dar a paz. **A Palavra**, Pelotas, p. 1, 9 jul. 1955.

TAMBARA, E. Círculo operário e igreja: a formação da classe trabalhadora. In: GHIGGUi, G.; TAMBARA, E.; HYPOLITO, A. M. **Trabalho, conhecimento e formação do trabalhador**. Ed. UFPel, 1993. p. 55-85.

TAMBARA, E. **Positivismo e educação**. A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo. Pelotas: Ed. da UFPel, 1995.

TRILLA, J. A educação não-formal. In: ARANTES, V. A. (org.). **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-58.

Notas

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora da Prefeitura Municipal de Pelotas.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³ Dentre os pensadores que defendiam o Ruralismo Pedagógico, destacaram-se Sud Menucci e Alberto Torres. Tais autores fomentaram políticas organizadas para a educação rural em todo o Brasil. Participaram em sociedades como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Sociedade Nacional de Agricultura e estiveram envolvidos com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (MENDONÇA, 1997).

⁴ Em 1848, o Papa Pio XI criou a Diocese do RS. Em 1910, surgiram mais três dioceses com sedes nas cidades de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. “Esse processo de descentralização decorreu de uma imperiosa necessidade de dar melhor atendimento espiritual a regiões específicas que, devido a uma série de fatores, encontravam-se espiritualmente abandonadas.” (TAMBARA, 1995, p. 433).

⁵ Alguns autores destacam controvérsias teóricas na definição dos termos educação formal, não-formal e informal. Gohn (2006) e Trilla (2008) são alguns deles. No entanto, é consenso o fato de que a educação formal é atribuída ao espaço escolar e a não-formal e informal, ao que não está relacionado ao ambiente formal escolar.



Gohn (2006) costuma designar o termo não-formal para ações educativas que proporcionem o desenvolvimento de atitudes mais pautadas pela questão libertária e cidadã. Trilla (2008, p. 37) ressalta que a educação não-formal é intencional e, ao mesmo tempo, rompe com as características presentes no espaço escolar, como horários, calendários, tempos determinados de atuação e hierarquias fixas.

⁶ Esta notícia é de autoria de Zaira Cantanhede, que publicou o livro *Pequena História da Igreja* no ano de 1948. A autora e sua família residiam no Rio de Janeiro e parte de sua história está registrada em um manuscrito que integra o acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins dessa cidade.

⁷ Com auxílio do governo, participaram como docentes, Roberval Cardoso, professor de destaque no envolvimento com a educação rural, como abordaremos a seguir. Também ministraram aulas “[...] o professor Monsenhor Luigi Ligetti, da Conferência Nacional Católica de Vida Rural dos Estados Unidos; o doutor João Gonçalves de Souza, da Divisão de Vida Rural da Ação Católica Brasileira, que patrocinou os cursos e dissertou sobre a vida e organização rural. De medicina no campo, falou o Dr. Manuel Ferreira de Educação Campestre [...] e reflorestamento o Dr. Barcelos Fagundes.” (CANTANHEDE, 1949, p. 7).

⁸ Segundo notícia publicada em 1955 no jornal A Palavra, no RS, a Ação Católica Rural atuou na organização de eventos que estendessem o debate sobre as técnicas rurais para todo o estado. Em 1953, ocorria, em Faxinal do Soturno, no município de Cachoeira, o segundo Congresso da Ação Rural (SEGUNDO..., 1953, p.1) sendo o terceiro Congresso realizado em 1955, na cidade de Encantado (NOTICIÁRIO..., 1955, p. 6).

⁹ Identificamos que no **Boletim de Educação Rural** de 1958 foram utilizadas quatro páginas para relatar os fatos da Semana Ruralista realizada em Ijuí. (SEGUNDA..., 1958). O Boletim de Educação Rural constituiu-se em um impresso mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul nos anos 1950. Era ligado à Superintendência do Ensino Rural e é uma fonte importante para elucidar as questões que envolvem as políticas e a educação rural no estado. Tais acontecimentos eram divulgados em vários órgãos da imprensa.

¹⁰ No RS, desde 1977 a ASCAR atua junto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), desenvolvendo ações de assistência técnica e de extensão rural mediante processos educativos em parceria com as famílias rurais e suas organizações.